



## OLHARES ÁFRICA-BRASIL E NEABI/UENF: (RE) EDUCANDO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

*Vera Lúcia Vasconcelos<sup>1</sup>*

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

*Samara Moço Azevedo<sup>2</sup>*

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

*Sérgio Arruda de Moura<sup>3</sup>*

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

**Resumo:** Criado em 2012, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, representa um marco na aproximação entre a universidade e a sociedade no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Desde sua fundação, o NEABI esteve também em constante diálogo com outras instituições, com destaque aqui para o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - ISEPAM, através do projeto OLHARES África-Brasil. Acreditando na importante tarefa que a escola tem no combate ao racismo e na (re)educação das relações étnico-raciais, o OLHARES e o NEABI atuam com base em alguns dispositivos legais, sobretudo a Lei 10.639/2003. Desse modo, este trabalho busca relatar a trajetória dessa parceria, que acabou criando metodologias de abordagem para a luta antirracista.

**Palavras-Chave:** Relações Étnico-Raciais; Educação; NEABI.

### VIEWS AFRICA-BRAZIL AND NEABI/UENF: (RE)EDUCING FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS

<sup>1</sup> Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professora do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - ISEPAM. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/UENF. E-mail: [veralvasconcelos866@gmail.com](mailto:veralvasconcelos866@gmail.com) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8585-2365>

<sup>2</sup> Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/UENF e da Coletiva Corpos Insubmissos. E-mail: [samara.moco@gmail.com](mailto:samara.moco@gmail.com) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6225-4733>

<sup>3</sup> Doutor em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: [arruda@uenf.br](mailto:arruda@uenf.br) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1956-6242>



**Abstract:** Created in 2012, the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies, NEABI – UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, represents a milestone in the approximation between university and society in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ. Since its foundation, it has also been in constant dialogue with other institutions, especially the Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), through the OLHARES Africa-Brazil project. Believing in the important task that the school faces in the fight against racism and in the (re)education of ethnic-racial relations, OLHARES and NEABI act on the basis of some legal provisions, above all, Law 10.639/2003. This work seeks to report the trajectory of this partnership, which ended up creating approach methodologies for the anti-racist struggle.

**Keywords:** Ethnic-Racial Relations; Education; NEABI.

### **MIRADAS ÁFRICA-BRASIL Y NEABI/UENF: (RE)EDUCAR PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES**

**Resumen:** Creado en 2012, el Núcleo de Estudios Afrobrasileños e Indígenas, NEABI – UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, representa un hito en la aproximación entre universidad y sociedad en el municipio de Campos dos Goytacazes/RJ. Desde su fundación, también ha estado en constante diálogo con otras instituciones, en especial el Instituto Superior de Educación Profesor Aldo Muylaert (ISEPAM), a través del proyecto OLHARES África-Brasil. Creyendo en la importante tarea que tiene la escuela en la lucha contra el racismo y en la (re)educación de las relaciones étnico-raciales, OLHARES y NEABI actúan sobre la base de algunas disposiciones legales, sobre todo, la Ley 10.639/2003. De esta forma, este trabajo busca relatar la trayectoria de esta alianza, que terminó creando metodologías de abordaje de la lucha antirracista.

**Palabras-clave:** Relaciones Etnico-Raciales; Educación; NEABI.

### **VIEWS AFRIQUE-BRÉSIL ET NEABI/UENF: (RÉ)ÉDUIQUER POUR LES RELATIONS ETHNIQUES-RACIALES**

**Résumé:** Créé en 2012, le Noyau d'études afro-brésiliennes et autochtones, NEABI – UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, représente une étape importante dans le rapprochement entre l'université et la société dans la municipalité de Campos dos Goytacazes/RJ. Depuis sa fondation, il a également été en dialogue constant avec d'autres institutions, en particulier l'Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), à travers le projet OLHARES Afrique-Brésil. Convaincus de l'importante tâche que l'école a dans la lutte contre le racisme et dans la (ré)éducation des relations ethno-raciales, OLHARES et NEABI agissent sur la base de certaines dispositions légales, avant tout la loi 10.639/2003. Ce travail cherche à rendre compte de la trajectoire de ce partenariat, qui a fini par créer des méthodologies d'approche pour la lutte antiraciste.

**Mots-clés:** Relations Ethnico-Raciales; Éducation; NEABI.



*“As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade do país.”*  
Abdias Nascimento

## UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA

Vivemos em mundo multifacetado e complexo onde a necessidade de diálogos e interações torna-se cada vez mais urgente. Assim também é em relação as disciplinas curriculares e as instituições educacionais para que se fortaleçam e consigam atuar de maneira ativa junto à sociedade.

Nessa perspectiva, o trabalho que se apresenta busca historicizar a parceria entre duas instituições – o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), através dos seus projetos e eventos de extensão, voltados, sobretudo, para a temática da (re)educação das relações étnico-raciais, destacando sua importância para a construção de uma sociedade com oportunidades e direitos iguais para todos de fato, além da criação de abordagens inovadoras para lidar com a problemática dentro da escola. Iniciando nossa sessão, ressaltamos que o nosso trabalho se assenta na ideia de que “a questão racial não se restringe à comunidade negra, e a superação do racismo e da desigualdade racial faz parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para todos” (GOMES, 2010, p. 70).

Para falarmos do trabalho conjunto desenvolvido pelas duas unidades citadas, utilizamos como fontes fotos, cartazes, panfletos, entre outros, pertencentes ao acervo pessoal dos autores, além de suas memórias, já que os três vivenciaram de forma participativa este processo de construção de esforços coletivos. Em pesquisas históricas, é comum observarmos o uso de documentos e da memória como instrumentos de investigação.

A pesquisa documental utiliza documentos como fonte de coletas de dados, estes podem ser escritos ou não (MARCONI; LAKATOS, 2003). Como exemplo de fontes documentais, podemos citar: leis, censos, mapas, documentos de arquivos públicos, publicações administrativas, fotos, imagens, revistas, jornais, filmes, vídeos, postagens, mídias sociais dentre outros. Aqui, utilizaremos as imagens não só para ilustrar nossa escrita, mas também como mecanismo de resgate de nossa memória individual e coletiva.



Neste artigo, faremos uso da memória como instrumento de investigação, pois ela permite acessar informações necessárias para responder às questões impostas pelo objeto investigado, “e, em outras situações, ela se converte no próprio objeto” (FERREIRA, 2015, p. 33), como é o nosso caso ao resgatarmos a trajetória de criação do Olhares, do NEABI/UENF e a parceira entre eles.

O projeto OLHARES África – Brasil nasceu como resultado das aulas e textos trabalhados em sala de aula, no curso superior do ISEPAM, no ano de 2008 e visava ampliar os conhecimentos sobre a temática trabalhada ao longo do semestre “Sujeitos da História”. A partir deste tema, trabalhamos com vários segmentos sociais que ao longo da História tiveram suas vozes silenciadas. Entre eles, priorizamos a população negra, pois acreditamos que apesar da escola sozinha não dar conta de tudo, nem por isso “ela deixa de ser responsável nesse processo” (GOMES, 2010, p. 87).

Esta atividade de cunho pedagógico e histórico consistia numa visita ao Complexo Cultural Fazenda Machadinho, Quissamã – RJ, onde houve a restauração do complexo de senzalas que abrigavam descendentes de pessoas que foram escravizadas. O projeto de recuperação teve como base a reflexão sobre a história desse lugar, bem como sua importância para a identidade cultural do seu povo. O então prefeito de Quissamã, Armando Carneiro da Silva, enfatizava:

Nosso compromisso com a preservação dos casarões e da cultura de Quissamã vai além do resgate histórico e do planejamento de uma base turística sustentável. Temos uma dívida a sanar com aqueles que construíram o que somos hoje (SILVA, 2009, p. 7).

Ainda no roteiro, incluímos a visita ao museu de Quissamã e a exposição de fotografias *Kissama-Quissamã*, do fotógrafo Wellington Cordeiro, que consistia em uma amostra dos resultados de sua viagem a Angola, onde retratava os pontos de contato entre as duas culturas: África/Brasil. O Projeto foi pensado, escrito e logo apresentado à Direção do ISEPAM no mesmo ano para que pudesse ser viabilizado, já que necessitávamos de um aparato institucional, como por exemplo, transporte coletivo.

Movemo-nos pelo pensamento de Angela Davis, quando afirmou que em uma sociedade racista não basta não ser racista. É preciso ir além. É necessário sermos antirracistas. Decidimos, então, prolongar essa rica experiência e, a partir de 2012, o OLHARES passou a ser desenvolvido junto à disciplina Relações Étnico-Raciais e Educação, ministrada no 7º período do curso de Pedagogia do ISEPAM pela professora

Vera Vasconcelos. Sendo assim, o evento passou a acontecer sempre em novembro, em dois dias para toda a escola, como um resultado do trabalho desenvolvido ao longo do semestre com as turmas em sala de aula. Além disso, o evento também é aberto à participação da comunidade, tornando o OLHARES um projeto de extensão.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UENF tem sua origem em maio de 2012, em evento aberto. A partir de então tornou-se um parceiro do OLHARES, estando presente até a sua décima edição em 2021 de forma remota. Segundo o idealizador do NEABI/UENF, professor Leandro Garcia Pinho (2016, Orelha do livro), sua inspiração se deu mediante a presença de outros NEABs e NEABIs existentes no país e o seu objetivo foi o de fomentar novos caminhos acadêmicos e comunitários, aliando ensino, pesquisa e extensão, repensando o papel da cultura universitária e suas contribuições para o tema.

Sob a coordenação geral da professora Maria Clareth Gonçalves Reis, a criação do NEABI/UENF foi, sem dúvida, um marco para uma maior aproximação entre esta universidade e a sociedade. Além dos eventos realizados por este Núcleo, em cada encontro onde se desenvolviam palestras e estudos, era notória a presença de um público diversificado que, certamente, não estaria no espaço acadêmico, se não fosse pelo convite caloroso para pensar e repensar as relações étnico-raciais do nosso cotidiano. Afinal, como nos lembra Kilomba (2019, p. 50, grifos da autora), “o centro acadêmico não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*”.

Ali, todos passaram a ser ouvidos e tornaram-se sujeitos, na medida que levavam suas angústias, falas e sugestões. É como diz Djamilia Ribeiro: “É importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade” (RIBEIRO, 2019, p. 30).

Não há como negar que a chegada do NEABI à UENF traduziu-se em novas cores, novos sujeitos, outros cabelos, diferentes sons e novas atividades, inclusive, causando estranheza e até assustando alguns acadêmicos que desconheciam certas realidades. Outros corpos se fizeram presente. A ocupação do espaço mudou!

As ações e encontros entre o OLHARES e o NEABI desde o início foram pautados por dispositivos legais, como a Lei 10.639/03, que cria a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação básica, nos estabelecimentos públicos e privados. Assim como uma modalidade de ação afirmativa,

a lei também deve ser considerada como resultado das lutas sociais, com destaque para o movimento negro, como afirma Gomes (2017, p. 21):

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.

Também pautamos nossas discussões no parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 2004, que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – DCN-ERER, com o objetivo de orientar a implementação da Lei 10.639/03 e aprofundar seu debate; nas Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, publicadas em 2006, e sobretudo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, que passa por alterações a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Oportuno lembrarmos que a criação do NEABI/UENF está ligada a um cenário de avanço das ações afirmativas<sup>4</sup> no Brasil, tendo em vista que no ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que era constitucional o modelo de cotas adotado pela UnB, que consistia na reserva de vagas para negros, independentemente da origem escolar ou da renda dos candidatos (CARVALHO, 2016). Também tivemos uma mudança que altera o funcionamento das ações afirmativas no que se refere ao ensino público de nível superior:

No dia 29 de agosto de 2012 a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 12.711, conhecida como a Lei de Cotas. A nova Lei obriga a todas as universidades federais e a todos os institutos federais a reservar 50% de cotas para egressos de escola pública, e dentro desse contingente, 25% das vagas ficam reservadas para estudantes de baixa renda (sistema que chamamos de subcotas para baixa renda) e vagas para negros e indígenas no mesmo percentual da sua presença demográfica em cada estado onde estejam localizadas as instituições (também subcotas) (CARVALHO, 2016, p. 8).

Portanto, a origem desse núcleo de estudos se relaciona a um momento de consolidação de algumas conquistas do movimento negro pela inclusão desta população nas políticas de educação. Apesar dos enormes desafios a serem enfrentados, é preciso

---

<sup>4</sup> Consideramos as ações afirmativas como “[...] conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social e excludente e discriminatória” (BRASIL, 2004, p. 499).

ver essas trajetórias como forma de (re)existência negra como mostram vários estudiosos e pesquisadores a partir dos seus relatos de experiência e artigos partilhados sobre as ações afirmativas no Brasil, com destaque para as cotas (CORDEIRO; OLIVEIRA; REIS, 2021).

O processo de colonização do Brasil deixou marcas que se arrastam até o presente, e, talvez, a mais gritante seja a desigualdade entre a população negra e a população branca. Essa desigualdade se mostra, sobretudo, na exclusão desse segmento social do direito à educação. Herdamos o racismo do processo de colonização e por esse motivo não podemos negar a sua existência se quisermos eliminá-lo. Como bem lembra Ribeiro (2019, p. 21), “reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo”.

É nessa perspectiva de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação que são criados os espaços voltados diretamente para a discussão e a busca por caminhos que possibilitem a construção de uma sociedade antirracista e mais plural. É com esse pensamento que o OLHARES e o NEABI despontam, respectivamente, no Instituto e na Universidade pública.

### O NEABI E A AMPLIAÇÃO DO OLHARES

Educar e reeducar para as relações étnico-raciais não é tarefa fácil, ao contrário, como sugere a literatura (SILVA, 2007; GOMES, 2010); é algo bastante desafiador, dado o caráter eurocêntrico dos nossos currículos escolares e a diversidade da nossa população, entre outros fatores, que por séculos invisibilizam outros povos, outras culturas e outros modos de ser. O fato de termos um racismo historicamente construído em nossa sociedade, certamente torna esse processo de (re)educação ainda mais complexo e delicado, sobretudo, pela “sutileza” do racismo brasileiro que por vezes é velado. Para Almeida (2021, p. 32),

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Este cenário aponta para o caráter estrutural do racismo, e mostra que ele,

[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.



Aqui, considera-se que comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção*. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre *mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas* (ALMEIDA, 2017, p. 8, grifos do autor).

Após algumas considerações sobre o racismo, torna-se necessário definir o que consideramos como Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

A Educação para as Relações Étnico-Raciais é um conjunto de práticas, conceitos, e referenciais implícitos e explícitos que pretende formar no âmbito das instituições de ensino público e particular uma cultura de convivência respeitosa, solidária, humana entre públicos de diferentes origens, pertencimentos étnico-raciais presentes no Brasil e que se encontram nos espaços coletivos de aprendizagem (escolas, faculdades, centros formativos). Impulsiona-se esta política a partir das demandas nacionais e internacionais para o combate ao racismo, xenofobia e todos os preconceitos e intolerâncias que geram violências na sociedade e atingem também os espaços de educação (escolar ou superior) (CARTH, 2017, p. 1).

Acreditando que nossos encontros possam contribuir para pensarmos, debatermos e propormos ações mais efetivas e organizadas no combate ao racismo para uma (re)educação das relações étnico-raciais, é que desde 2012, estreitamos os laços entre o OLHARES e o NEABI para ampliarmos nossas possibilidades de atuação.

Ainda no ano de 2012, realizamos o OLHARES África-Brasil em sua primeira parceria com o NEABI/UENF nas dependências do ISEPAM, nos dias 12 e 13 de novembro. O Colégio Estadual Constantino Fernandes, por intermédio do seu Diretor Geral, Fernando César Vasconcelos, também firmou parceria e apresentou dois dos seus projetos desenvolvidos dentro da temática proposta com grupos de dança afro. Com isso, o OLHARES ganhou mais notoriedade e visibilidade a partir deste ano, devido às parcerias. Sobretudo, com o NEABI/UENF que, tornou-se permanente.

**Figura 1:** Cartaz do I Aniversário do OLHARES



*Fonte:* Acervo dos autores (2012)

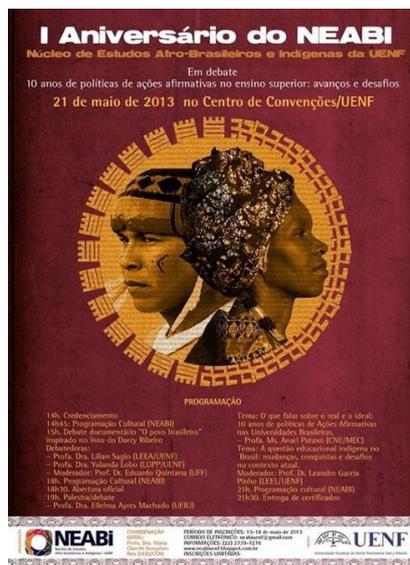
No dia 21 de maio do ano seguinte, em 2013, comemoramos o I Aniversário do NEABI, tendo como tema de debate os “10 anos de políticas de ações afirmativas no ensino superior: avanços e desafios”. Neste mesmo ano foi criado o logotipo do Núcleo, tendo como destaque várias mãos entrelaçadas que inspirou Clareth Reis a elaborar um poema a partir dos diálogos com Alcimere Siqueira (NEABI) e Marcus Cunha, designer criador da arte (UENF):

Mãos que se encontram/ Se unem em cooperação/ Traduzindo força/  
Resistência/ Círculo sem começo/ Sem fim/ Passível de romper e recompor/  
Que se movimenta/ Que roda/ que rola/ Vermelho urucum/ Laranja e/ Verde  
musgo/ se alternam/ como num jogo de dança/ Unidos numa roda/ Que  
fortalece/ E se comunica (REIS, 2013).

Os cerimonialistas do evento foram dois membros: sendo um do NEABI e outro do OLHARES. Neste primeiro ano de existência do Núcleo, a prioridade foi a realização de estudos acerca da temática étnico-racial no Brasil, aprofundando a discussão sobre a questão indígena, tentando fazer um balanço das políticas governamentais para estes povos, em destaque na esfera educacional, ressaltando também suas lutas e conquistas em defesa das terras, nas últimas décadas. O debate também girou em torno das ações afirmativas no Brasil, pontuando os desafios e conquistas desde sua implementação. Dentre os participantes, destacamos a presença da

liderança indígena Professora Ma. Anari Pataxó, integrante da Coordenação Geral do Ministério da Educação (MEC) e da liderança negra, a professora Dra. Elielma Ayres Machado, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

**Figura 2:** Cartaz do I Aniversário do NEABI/UENF



Fonte: CUNHA, Marcus Vinicius dos Santos (2013)

Nos dias 12 e 13 de novembro do ano de 2014, o NEABI comemorou o seu II aniversário já consolidado como um grupo de estudos, pesquisas e ações, fazendo a diferença dentro da universidade e para além dos seus muros. As edições do OLHARES continuaram ocorrendo, assim como as ações conjuntas entre ele e o NEABI.

Em 2016 houve uma unificação e os eventos foram feitos em parceria entre o ISEPAM, o Instituto Federal Fluminense (IFF-Campos) e a UENF. As atividades foram descentralizadas, realizando-se no IFF, UENF e no Pelourinho, no centro da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ.

Visando compartilhar nosso trabalho e alcançar um público ainda maior, neste mesmo ano, lançamos o livro *Olhares África-Brasil*, na 9ª Bienal do Livro de Campos dos Goytacazes-RJ. O livro foi organizado pela professora Vera Lúcia Vasconcelos, coordenadora do OLHARES e pelo professor Sérgio Arruda de Moura, professor da UENF e parceiro do OLHARES desde sua criação.

**Figura 3:** Lançamento do Livro OLHARES



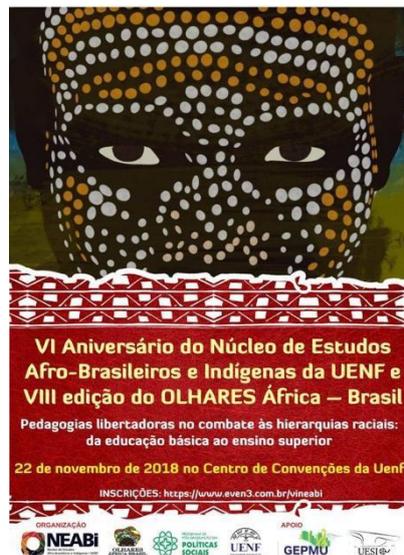
*Fonte:* Acervo dos autores (2016)

O livro é composto por seis artigos elaborados por participantes de edições do OLHARES até o ano de 2015. Todas as pessoas que haviam participado até aquele momento foram convidadas através de “chamada para artigo”. Cada convidado escreveu sobre suas palestras ou sobre suas pesquisas relacionadas ao tema em questão: OLHARES África-Brasil.

Portanto, esta coletânea é resultado das contribuições de alguns participantes e palestrantes ao longo dessas cinco edições. Apesar das especificidades de cada um e das diferentes abordagens teóricas, todos direcionaram seus olhares para a temática do evento, destacando neste exemplar, as seguintes abordagens: a educação e as relações raciais no Brasil; o multiculturalismo e as relações étnico-raciais; o ensino de História e a cultura afro-brasileira; religiosidades de matrizes africanas e dispositivos legais e relações raciais na escola (VASCONCELOS; MOURA, 2016, p. 8).

Ao longo dos anos a parceria entre o OLHARES e o NEABI se consolidou e se fortaleceu, criando laços para além dos vínculos institucionais, tornando o projeto e o núcleo referências no que diz respeito a resistência e a luta antirracista na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Inclusive, no ano de 2018, a VIII edição do OLHARES ocorreu junto ao aniversário do NEABI e nas dependências da UENF, no Centro de Convenções. Interessante observar, figura 4, o tema do evento que contemplava as duas Instituições: Pedagogias libertadoras no combate às hierarquias raciais: da educação básica ao ensino superior. E para evidenciar ainda mais o que dissemos, é bom lembrarmos que o Instituto é uma unidade educacional que abarca o ensino desde a educação infantil ao curso de graduação, oferecendo em anos anteriores, inclusive, o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar.

**Figura 4:** Cartaz VI Aniversário do NEABI



Fonte: CUNHA, Marcus Vinicius dos Santos (2018)

É importante salientarmos que, mesmo durante os dois anos de pandemia da COVID-19, o OLHARES e o NEABI continuaram interconectados e, de forma resistente, as suas ações foram sendo reinventadas e adaptadas às novas demandas, com seus encontros e diálogos virtuais através das plataformas disponíveis.

Paradoxalmente, a distância imposta pelo cenário pandêmico nos aproximou de pessoas de diferentes partes do Brasil, como militantes do movimento negro e lideranças de várias comunidades indígenas. Destacamos aqui, como exemplo, a Concita Sompré, do Povo Gavião Kykatêjê do Pará, que participou do evento em comemoração aos 10 anos do OLHARES África-Brasil, em 2021.

**Figura 5:** Cartaz 10 anos de OLHARES



Fonte: Acervo dos autores (2021)

**Figura 5:** Cartaz IX aniversário do NEABI



Fonte: CUNHA, Marcus Vinicius dos Santos (2021)

Esse trabalho coletivo tem produzido resultados que merecem ser destacados. Exemplificando, em nossos encontros e eventos sempre priorizamos dar “voz” àquelas pessoas que quase cotidianamente são invisibilizadas e silenciadas. Sendo assim, seja pela fala, ou através de seus trabalhos, esses sujeitos conseguem contar parte de sua história, sendo a expressão de si e de suas vivências uma forma de se inserir no discurso antirracista ao mesmo tempo que o cria e recria. A expressão de si com autonomia tem papel preponderante em contextos sociais e políticos de extrema tensão. A oportunidade de fala, de criação de lugares de fala, faz parte da luta antirracista, porque contextualiza o discurso e os seus sujeitos, no caso, o negro e a construção deste lugar inclusivo. Nesses termos, o discurso não só está ligado ao poder, como é o próprio lugar de poder.

Esta noção de discurso e poder é a mesma que impulsiona o OLHARES a conceber oportunidades de criação e construção de contextos de fala sobre e para a pessoa negra como o nódulo mais ativo de nossa metodologia, que consiste na formulação de encontros regulares do OLHARES, desconstruindo o caráter episódico de eventos desta natureza. Pelo contrário, a luta antirracista faz parte do calendário permanente de projetos.

Com isso, conquistamos muitos resultados, como a exposição de livros confeccionados pelos cursistas da Pedagogia do ISEPAM, intitulada “Relações Raciais e o Livro: novas possibilidades” (Figura 6), ou os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da UENF e do ISEPAM, que os tornam protagonistas de suas próprias histórias, evitando que as vozes da comunidade negra, graças a um sistema racista, sejam

“desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós” (KILOMBA, 2019, p. 51).

**Figura 6:** Exposição de Livros na Educação Infantil do ISEPAM



Fonte: Acervo dos autores (2014)

A partir dos trabalhos realizados em ambas as instituições conseguimos que aqueles que desejam expressar suas dores, desabafos, o racismo sofrido a cada dia, os seus “traumas” e as suas perspectivas, possam ser ouvidos e vistos, como sugere Fanon (2020). Falar desse racismo do cotidiano é fundamental, o que já caracterizamos como expressão de si.

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “*Outra/o*” - a diferença contra a qual o *sujeito branco* é medido – mas também como *Outridade*, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca* (KILOMBA, 2019, p. 78, grifos da autora).

Esse racismo cotidiano é vivido e percebido por quase todos os não brancos em nossa sociedade que vive sob o mito da democracia racial que serve, entre outras coisas, para mascarar as relações raciais e tentar disfarçar as discriminações relativas à cor da pele. Munanga (2004), conta em entrevista uma experiência que teve sobre este assunto.

Em meu segundo casamento (que é interracial) percebia aquelas ‘olhadas’ – mulher branca, filhos negros do primeiro casamento e filhos mestiços do segundo. Ninguém me expulsava desses lugares, mas eu via as ‘olhadas’ (MUNANGA, 2004, 54).

O debate sobre as questões raciais no Brasil é uma seara fértil para proporcionar grandes reflexões sobre as desigualdades existentes no nosso país, por isso insistimos e não abrimos mão desses encontros, mesmo vivenciando uma pandemia mundial. E, como sabiamente deseja Krenak (2020), nós também engrossamos o coro:



Tomara que esses encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos dêem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos [...] (KRENAK, 2020, p. 50).

Que os contatos entre o NEABI/UENF e o OLHARES/ISEPAM possam ampliar a cada dia nossos diálogos e nos conduzirem a uma prática encorajadora no combate a toda forma de preconceito, racismo e exclusão.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do Brasil ter inserido em sua agenda o combate ao racismo, é possível constatar que muito ainda precisa ser feito para que de fato a legislação que embasa a Educação para as Relações Étnico-Raciais seja implementada. Encontros, debates, estudos, eventos, projetos, pesquisas, sem dúvida, são um caminho possível e essencial para chegarmos a esta meta. Precisamos arregaçar as mangas e ultrapassarmos a emblemática frase que mostra nosso estágio de compromisso com essa questão social: “eu não sou racista”.

Por isso, quanto mais forças somarmos, quanto mais alianças e parcerias construirmos, mais fortes nos tornamos na luta contra o grande inimigo, que muitas vezes ainda se disfarça, como é o caso do racismo.

Nesse sentido, é importante destacarmos o quanto a soma do NEABI com o OLHARES tem produzido resultado. Seja na defesa de TCC, onde membros das duas Instituições procuram compor as bancas, cuja temática é voltada para a educação das relações raciais, seja presente nas reuniões de estudo do NEABI, ou participando ativamente das edições do OLHARES, ou ainda escrevendo sobre os eventos realizados, como foi com o livro OLHARES em 2016 e, sobretudo, criando espaços para que esses sujeitos se sintam representados, encontrem seus pares e tornem-se cada vez mais ativos e com voz própria. Reside aqui a essência de nossa metodologia, a criação de contextos em que os sujeitos-objeto de investigação se transformem em sujeitos da ação, no caso a criação de uma cultura antirracista, no cerne do discurso.

Os frutos da parceria OLHARES-NEABI, que já dura dez anos, estão sendo colhidos, e, certamente, essas sementes lançadas no ano de 2012, ainda continuarão germinando e nos tornando fortes e resistentes como um Baobá.

Vale lembrar que, durante o 2º Festival de História realizado em Diamantina, Minas Gerais, entre os dias 19 e 22 de setembro de 2013, após ouvir uma palestra do professor e pesquisador Kabengele Munanga e sendo sua grande admiradora, um dos autores conseguiu conversar um pouco com ele sobre as questões abordadas em sua fala. A conversa teve como foco a sua luta na Universidade de São Paulo (USP), para implantar a temática das relações raciais em suas aulas e disse que isso parte, em geral, dos professores e que os reitores e chefes de departamento, muitas vezes, nem tomam conhecimento sobre o fato.

Essa fala nos ensina que devemos tomar a iniciativa e fazer acontecer o diálogo sobre as relações étnico-raciais nas instituições de ensino e não esperar que esta iniciativa venha de “cima”. São os estudantes e nossos colegas docentes que também nos impulsionam e se candidatam a seguir conosco mostrando que a luta é pesada, mas não solitária. Depois de muitos anos trabalhando com a temática e mais especificamente, com a experiência no OLHARES, compreendemos melhor as palavras do mestre.

Afirmamos isso, porque apesar de existir a disciplina Relações Étnico-Raciais no Curso de Pedagogia desde 2012, e de estarmos caminhando para a décima primeira edição do nosso evento, ele não está registrado em dois dos documentos oficiais do ISEPAM: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Mas ainda assim, o OLHARES África-Brasil resiste e continua sendo um espaço diferenciado para aqueles que a História tentou calar.

Mais do que isso, são nossas reflexões, lutas e ações que mostrarão o quanto nos comprometemos com a erradicação dessa ferida social que sangra diariamente em tantos indivíduos que trazem na pele a marca da discriminação e da exclusão.

Esperamos, e, também desejamos, que o nosso trabalho contribua, de alguma maneira, para este fim tão desejado.

E assim, seguimos na luta (re)existindo...

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). São Paulo: *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, 2017, p. 1-26. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>>. Acesso em: 30/03/2021.



\_\_\_\_\_. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; *Editora Jandaíra*, 2021.

BRASIL. Lei 9.934, de 24/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: *MEC/SEPPIR*, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 03/03/2020.

\_\_\_\_\_. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, *SECADI*, 2013.

CARTH, John Land. A Base Nacional Comum Curricular e a aplicação da política de Educação para Educação das Relações Étnico-Raciais (afro-brasileira, quilombola, cigana). Brasília: MEC, SECADI, 2017. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>>. Acesso em: 20/11/2021.

CARVALHO, José Jorge. A Política de Cotas no Ensino Superior – ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília, *Ministério da Educação*, 2016.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; OLIVEIRA, Julvan Moreira de; REIS, Maria da Conceição. O Legado das Ações Afirmativas: Trajetórias de (Re)Existências Negras. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 13, n. Ed. Especial, out. 2021. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1301>>. Acesso em: 22/02/2022.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Mascaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, Elenice Silva. A memória como objeto de análise e como fonte de pesquisa em história da educação: uma abordagem epistemológica. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre as Ciências*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 21-47, jul. 2015. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1427>>. Acesso em: 22/04/2022.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 2017.

GOMES, Nilma Lino. A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 2010, p. 67-89.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: *Cobogó*, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2020.

LEJEUNE, Philippe. *L'autobiographie en France*. Paris: *Armand Colin*, 1971.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: *Atlas*, 2003.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados* [online]. 2004, v. 18, n. 50, p. 51-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100005>>. Acesso em: 03/02/2021.

PINHO, Leandro Garcia. [Orelha do livro]. In: VASCONCELOS, Vera Lúcia, MOURA, Sérgio Arruda de (Org.). *Olhares África – Brasil*. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: *Fundação Cultural jornalista Oswaldo Lima*, 2016.

REIS, Maria Clareth. I Aniversário do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da UENF. Em debate 10 anos de políticas de ações afirmativas no ensino superior: avanços e desafios [folder]. Edição 1. *Campos dos Goytacazes*, 2013, p. 1-2.

RIBEIRO, Djamilia. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2019.  
\_\_\_\_\_. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: *Letramento*, 2017.

SILVA, Armando Cunha Carneiro da. Um Exemplo a Ser Seguido. In: SILVA, Leonardo de Vasconcellos. MACHADINHA: origem, história e influência (org.). Quissamã – RJ, EDG *Editora Gráfica Ltda-ME*, 2009, p. 1-7.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, Porto Alegre/RS, v. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>>. Acesso em: 20/11/2021.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e poder. Org. Judith Hoffnagel, Karina Falcone. 2. ed. São Paulo: *Contexto*, 2017.

VASCONCELOS, Vera Lúcia. Apresentação. In: VASCONCELOS, Vera Lúcia, ARRUDA, Sérgio Arruda de (Org.). *Olhares África – Brasil*. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: *Fundação Cultural jornalista Oswaldo Lima*, 2016, p. 7-11.

*Recebido em: 15/04/2022*

*Aprovado em: 20/04/2022*